



PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS: 025/2024

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E BRAÇOS NOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUAÍBA/RS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/05/2024 às 14h (horário de Brasília)

PLATAFORMA DE DISPUTA:

www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

Anexo VI





EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 025/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS
MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA ABERTO

O Município de Guaíba/RS, através da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, mediante **Pregoeiro Oficial** designado pela **Portaria Municipal n.º 2104/2023**, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - N.º 025/2024** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para aquisição de **luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS, conforme termo de referência – ANEXO I, que acompanha este edital**, através do **site www.portaldecompraspublicas.com.br**. Regem a presente licitação a Lei Federal n.º.14.133/2021, o Decreto Municipal n.º 03/2023; o Decreto Municipal n.º. 154/2020, a Lei Municipal n.º. 3611/2017, Decreto Municipal n.º 57/2021 bem como a Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Esta licitação será conduzida pelo Pregoeiro Oficial e equipe de apoio designado pela Portaria Municipal n.º 2104/2023.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS, conforme especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência) e tabela abaixo:**

1.2. As empresas licitantes deverão possuir condições tais que garantam a responsabilidade, prestação, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado na realização dos serviços mencionados neste instrumento.

1.3. Especificações dos itens:

OBS: A empresa declarada vencedora, deverá fornecer 01 (uma) amostra original de cada item, para análise conforme exige o Termo de Referência no seu item 3.

ITEM	CÓD.	PRODUTO	UN	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	QUANT.	TOTAL
01	12197	Luminária de LED para iluminação pública de 60W Luminária de LED para iluminação pública de 60W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de	UN	R\$ 270,03	750	R\$ 202.522,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08</p>				
--	--	--	--	--	--





		<p>ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
02	12197	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 60W Luminária de LED para iluminação pública de 60W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de</p>	UN	270,03	250	R\$ 67.507,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária -</p>			
--	---	--	--	--





		PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.				
03	12198	Luminária de LED para iluminação pública de 80W Luminária de LED para iluminação pública de 80W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade	UN	R\$ 339,60	675	R\$ 229.230,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
04	12198	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 80W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 80W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens;</p>	UN	R\$ 339,60	225	R\$ 76.410,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR</p>			
--	---	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.				
05	12199	Luminária de LED para iluminação pública de 120W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V,	UN	R\$ 353,88	675	R\$ 238.869,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do</p>			
--	---	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro nº20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
06	12199	Luminária de LED para iluminação pública de 120W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou	UN	R\$ 353,88	225	R\$ 79.623,00





		<p>totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
07	12200	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens;</p>	UN	R\$ 399,74	600	R\$ 239.844,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR</p>			
--	--	--	--	--





		16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
08	12200	Luminária de LED para iluminação pública de 140W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o	UN	R\$ 399,74	200	R\$ 79.948,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária -</p>				
--	--	--	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		PT Inmetro nº20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.				
09	12154	Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts <p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle	UN	R\$ 473,15	1.125	R\$ 532.293,75





		<p>de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017".</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
10	12154	<p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts</p> <p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens;</p>	UN	R\$ 473,15	375	R\$ 177.431,25

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C</p>			
--	--	--	--	--





		ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017". Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.				
11	14298	Braço curto - tubo em aço galvanizado sae 1020 para Iluminação pública com encaixe de 48,3 mm (diâmetro Externo), 1,50 metros de comprimento e 2mm de Espessura, com sapata em ferro "u" com 27cm de Comprimento, reforçada, braço tipo cisne,fixação, Através de 02 furos, acompanha 02 parafusos tipo Máquina m12x250mm, galvanizados a fogo, padrão Ceee, com porca e arruela quadrada galvanizada a Fogo 32x32mm furo 14.	UN	R\$ 57,43	400	R\$ 22.972,00
TOTAL						R\$ 1.946.651,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31



1.4. Os lances deverão ser ofertados pelo valor do ITEM, que correspondem na planilha acima a sua última linha (TOTAL).

1.5. As empresas licitantes deverão possuir condições tais que garantam a responsabilidade, prestação, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado na realização do objeto mencionado neste instrumento.

1.6. O Município poderá adquirir quantidade inferior ao estipulado na tabela acima.

1.7. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por ITEM**.



2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do **site** www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. As empresas, que **NÃO** se enquadram na Lei 123/2006, poderão participar exclusivamente nos itens nº 01, 03, 05, 07 e 09 conforme Lei Complementar 147/2014, Art. 48, por serem parte do lote a ser adquirido, de acordo com os inciso I (itens com valores acima de R\$ 80.000,00).

2.3. Através de ato discricionário da Administração foi reservada cota de aproximadamente 25% nos itens citados no item anterior, que correspondem aos itens nº 02, 04, 06 e 08 cujos valores globais estimados excederam o valor de R\$80.000,00 e o mesmo terá participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006, conforme preceitua a LC 147/2014 em seu Art. 48, inciso III.

2.4. O item nº 11 terá participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006, conforme preceitua a LC 147/2014.

2.5. Na hipótese de não haver vencedor para as cotas reservadas do edital, estas poderão ser adjudicadas ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2.6. Caso a mesma empresa seja vencedora da cota reservada e da cota principal, a contratação das cotas ocorrerá obrigatoriamente pelo menor preço.

2.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.11. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado





contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.12. Não poderão disputar esta licitação:

2.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.12.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.12.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.12.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.12.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.12.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.12.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.12.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.12.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.12.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.13. O impedimento de que trata o item 2.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.12.2 e 2.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





2.16. O disposto nos itens 2.12.2 e 2.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.18. A vedação de que trata o item 2.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação e proposta com o **VALOR POR ITEM (com até 02 casas decimais)**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste edital.

3.3. Deverá ser apresentada Planilha de Preços unitários por itens e total, conforme MODELO DE PROPOSTA - ANEXO II - deste edital, contendo, obrigatoriamente, orçamento discriminado em preços unitários expresso por item, em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).





3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo:

4.1.1. **Valor por ITEM (com até 02 casas decimais)**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste edital.





4.1.2. Planilha de Preços unitários e globais, conforme MODELO ANEXO II deste edital, contendo, obrigatoriamente, orçamento discriminado em preços unitários expresso por item, em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado.

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor por ITEM**. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado – indicado no preâmbulo.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.





5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1. Após finalizada a etapa de lances, o Pregoeiro solicitará à primeira classificada o envio de amostra do produto em embalagem original do fornecimento, para análise e averiguação quanto ao cumprimento das exigências descritas neste edital, sob pena de desclassificação. As amostras dos produtos ofertados devem ser entregues no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar da convocação do pregoeiro.

6.2. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, acompanhadas de catálogo técnico e dossiê, contendo os relatórios de ensaios e laudos dos materiais realizados em laboratório creditado pelo INMETRO, em materiais idênticos os ofertados, para análise e aceitação.

6.3. Deverão ser entregues na Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Av. Nestor de Moura Jardim nº 111 – Centro, Guaíba/RS no horário de expediente, com todas as despesas de frete por conta das empresas licitantes.

6.4. As amostras deverão ser fornecidas em embalagem original e segura, devidamente identificada, sem nenhum indício de violação, deformação ou imperfeições

6.5. As amostras deverão estar perfeitamente identificadas com o nome da empresa e a numeração do produto.

6.6. Deverá constar também na embalagem ou no produto a marca, o fabricante, modelo ou referência do produto e a data de fabricação.

6.7. As amostras serão analisadas pelos servidores indicados para fiscalização, que verificarão a sua qualidade e o atendimento ao exigido no Termo de Referência, aprovando ou não as mesmas.

6.8. As amostras entregues serão “aprovadas” ou “reprovadas”, o mesmo constará no “Certificado de Análise das Amostras”, conforme modelo (ANEXO VII), emitido pela Comissão responsável pela análise.



6.9. O resultado da análise será devidamente justificado e constará no Certificado, sendo disponibilizado às empresas participantes do certame.

6.10. O item cuja amostra for reprovada, apresentar alguma irregularidade, inconformidade, que não tiver sido apresentada amostra, ou que a empresa cotar na proposta marca diferente da apresentada para amostra, será desclassificada. Neste caso, será convocado o 2º (segundo) colocado, e assim sucessivamente.

6.11. Mediante solicitação por escrito junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, as amostras encaminhadas pelas empresas, que não foram submetidas a ensaios, poderão ser retiradas e devolvidas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão do “Certificado de Análise das Amostras”.

6.12. Amostras entregues para análise e não solicitadas ou retiradas no prazo citado não serão devolvidas.

6.13. Os encargos com a entrega e retirada das amostras (frete, etc.), são de inteira responsabilidade das empresas licitantes.

6.14. A empresa vencedora deve apresentar os dados para estudo luminotécnico a ser elaborado pela equipe de fiscalização através do software dialux das amostras das luminárias a serem enviadas para aprovação

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta à certidão consolidada disponível no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> e <https://tcers.tc.br/impedidos-de-contratar-com-o-poder-publico/> ou de outras consultas idôneas à verificação de penalidades impostas.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Error! Reference source not found.** e 3.6 deste edital.





7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no **Decreto Municipal nº 154/2020**.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.





7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12.3. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos na FOLHA DE DADOS DE PROPOSTA/ HABILITAÇÃO - ANEXO VI, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia autenticadas. Serão aceitos ainda documentos obtidos via Internet, os quais serão devidamente verificados sua autenticidade.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio dos documentos postados no Portal de Compras Públicas nos campos próprios deste Pregão.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.11.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.3. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.





8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e sítio oficial <https://guaiba.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-licitacoes>.





10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica e **exclusivamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br**.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Secretaria de Licitações e Contratos (SELIC) convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

12.1.2. O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e Cláusula 9 deste Edital.

12.1.3. Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de **cadastro reserva** no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no Art. 82, VII da Lei 14.133/2021.

12.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município, será de 1





(um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

12.1.6. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo total original.

12.1.7. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

12.1.8. Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

12.1.9. No interesse da Administração será possível a adesão à Ata de Registro de Preços por demais órgãos e entidades do Município de Guaíba não participantes e nos termos do Art. 86, §3º da Lei 14.133/2021.

12.1.10. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

12.1.11. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da regulamentação municipal.

12.1.12. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

12.1.13. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

12.1.14. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

12.1.15. O transcurso do período citado na Cláusula 11.1.13 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

12.1.16. É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

13. DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

13.1.1. for liberado;





13.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

13.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

13.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

13.1.6. no cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

13.1.7. o cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

13.1.8. na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

13.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

13.2.1. pelo decurso do prazo de vigência;

13.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

13.2.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

13.2.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13.2.5. no caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da regulamentação municipal.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual de eventual contrato firmado.

14.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

14.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

14.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 13.6.

14.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



14.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

14.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.7, observada a legislação que rege a matéria.

14.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária.

14.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

14.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.





14.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

14.18. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

14.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no www.portaldecompraspublicas.com.br e sítio oficial <https://guaiba.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-licitacoes>.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras Públicas-www.portaldecompraspublicas.com.br e endereço eletrônico <https://guaiba.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-licitacoes>. Os avisos e extratos relacionados à licitação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios FAMURS <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar> por força da Lei Municipal nº 4023/2021.





15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- c) ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES (FOLHA DE DADOS ANEXO X, “item 6”);
- d) ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- e) ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO;
- f) ANEXO VI – FOLHA DE DADOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO.
- g) ANEXO VII – MODELO DE CERTIFICADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS
- h) ANEXO VIII – ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Guaíba, 19 de abril de 2024

Mauro da Rosa Royes

Secretário Municipal Adjunto de Licitações e Contratos





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto do presente termo de referência estabelece os critérios e exigências mínimas a serem atendidas para o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Atualmente, não há padronização das luminárias, lâmpadas e braços. Há uma predominância das lâmpadas do tipo vapor de sódio e metálica, com potências 70W, 100W, 150w e 250W.

Os avanços nas tecnologias de iluminação, somados às necessidades da municipalidade (que vão do embelezamento do patrimônio municipal e regional ao aumento do nível de segurança da comunidade), vêm trazendo às diversas administrações municipais do Brasil o desafio de eficientizar seu parque luminotécnico, gastando menos energia e melhorando o nível de iluminação das vias e espaços públicos. A solução é a eficientização, sobre parcela ou até mesmo sobre a totalidade de seu parque luminotécnico, com a economia de energia gerada pela substituição das luminárias.

Diante do exposto, este termo de referência tem como objetivo eficientizar parcial ou totalmente o parque luminotécnico do Município de Guaíba/RS. Salientamos que a modernização da iluminação pública é uma das metas do programa PROMETAS (meta 37).

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As especificações técnicas mínimas exigidas para as luminárias justificam-se pelas necessidades, peculiaridades e o uso ao qual será submetido para, a fim de atender de forma eficaz as demandas e demais serviços nos quais será utilizado.

As comprovações de conformidade e atendimento as normas e padrões serão averiguadas e poderão ser solicitadas por ocasião da entrega do equipamento.

Os licitantes classificados em primeiro lugar deverão apresentar 01 (uma) amostra do produto ofertado para que se verifique o atendimento das especificações constantes no Termo de Referência e no Edital, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da convocação do pregoeiro.

Deverá ser fornecida 01 (uma) amostra original, para análise, dos seguintes itens:

Item 1 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 60 Watts
Item 2 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 80 Watts
Item 3 - Luminária pública com tecnologia LED com potência de máxima 120 Watts
Item 4 - Luminária pública com tecnologia LED com potência de máxima 140 Watts
Item 5 - Luminária pública com tecnologia LED com potência de máxima 180 Watts



As amostras deverão ser encaminhadas acompanhadas de catálogo técnico e dossiê, contendo os relatórios de ensaios e laudos dos materiais realizados em laboratório acreditado pelo INMETRO em materiais idênticos aos ofertados, para análise e aceitação.

As luminárias devem atender o documento constante no anexo I elaborado pela Secretaria de Ambiente, Planejamento e Gestão Territorial (SEMAPLAG) da Prefeitura Municipal de Guaíba.

Estarão previamente aprovados os materiais que já tenham realizado ensaios de tipo, possuindo SELO PROCEL/INMETRO ou cadastro no Banco de dados de produtos aprovados do LABELO/CEIP. Dispensadas, neste caso, de novo ensaio neste momento, bastando enviar apenas amostras com os respectivos Laudos do Laboratório.

Para as amostras enviadas deverão ser comprovadas, conforme o caso e produto, as seguintes normas, entre outras a serem solicitadas pelo Departamento de Iluminação Pública (em caso de dúvidas):

- NBR 15129/12 - Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares;
- NBR IEC 60598-1 – Requisitos gerais e ensaios;

Procedimento para recebimento das amostras.

- As amostras e a documentação deverão ser entregues na **Secretaria de Infraestrutura e Serviços públicos**, Av. Nestor de Moura Jardim, 111 – Centro, Guaíba -RS no horário de expediente, com todas as despesas de frete por conta das empresas licitantes.

- As amostras deverão ser fornecidas em embalagem original e segura, devidamente identificada, sem nenhum indício de violação, deformação ou imperfeições.

- As amostras deverão estar perfeitamente identificadas com o nome da empresa e a numeração do produto.

- Deverá constar também na embalagem ou no produto a marca, o fabricante, modelo ou referência do produto e a data de fabricação.

- As Amostras serão analisadas pelos servidores indicados para fiscalização, que verificarão a sua qualidade e o atendimento ao exigido no Termo de Referência, Edital e Anexo I, aprovando ou não as mesmas.

- As amostras entregues serão “aprovadas” ou “reprovadas”, o mesmo constará no “Certificado de Análise das Amostras”, conforme modelo (ANEXO II), emitido pela Comissão responsável pela análise.

- O resultado da análise será devidamente justificado e constará no Certificado, sendo disponibilizado às empresas participantes do certame.

- O item cuja amostra for reprovada, apresentar alguma irregularidade, inconformidade, que não tiver sido apresentada amostra, ou que a empresa cotar na proposta marca diferente da apresentada para amostra, será desclassificada. Neste caso, será convocado o 2º (segundo) colocado, e assim sucessivamente.

- Mediante solicitação por escrito junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - INFRA, as amostras encaminhadas pelas empresas, que não foram submetidas a ensaios, poderão ser retiradas e devolvidas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão do “Certificado de Análise das Amostras”.





- Amostras entregues para análise e não solicitadas ou retiradas no prazo citado não serão devolvidas.
- Os encargos com a entrega e retirada das amostras (frete, etc.), são de inteira responsabilidade das empresas licitantes.
- A empresa vencedora deve apresentar os dados para estudo luminotécnico a ser elaborado pela equipe de fiscalização através do software dialux das amostras das luminárias a serem enviadas para aprovação.

4. DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO (FORMA, CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAL)

A contratada obriga-se a efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste edital e seus anexos.

Todos os custos referente a entrega são de responsabilidade da contratada.

O objeto deste registro de preço deverá ser entregue pelo licitante vencedor em até 15 (quinze) dias a contar da solicitação do Município sendo que o prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado por no máximo 15 (quinze) dias mediante solicitação do licitante vencedor e aceite do município.

A efetivação da FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, em conformidade com os itens constantes do Registro de Preços, junto os licitantes vencedores, será feita no período de validade do Registro.

Na hipótese de não cumprimento das exigências deste Edital, o fornecedor/contratado será notificado a retirar o produto, substituindo-o por outro que atenda integralmente as especificações constantes deste Instrumento, sem qualquer ônus para o Contratante.

Os quantitativos estabelecidos são meramente estimativos, não estando a Administração Pública obrigada a proceder a sua contratação. Além das exigências aqui especificadas, o objeto deverá estar de acordo com as Normas, Portarias e Instruções Técnicas vigentes dentro do território Nacional.

5. DA GARANTIA DAS LUMINÁRIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A garantia para o prazo mínimo estipulado, consiste na prestação de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), devendo ser de inteira responsabilidade do fornecedor.

A garantia dos itens defeituosos não se estende, estritamente, a:

- a) Descarga Atmosféricas;
- b) Vandalismo;
- c) Danos provocados por queda, impacto, enchente;
- d) Defeitos causados por caso fortuito ou força maior;
- e) Produtos alterados e/ou modificados;
- f) Produtos que não tenham sido instalados pela contratada.
- g) Oscilações na rede fora da tensão especificada e devidamente comprovada.

As luminárias e relés deverão possuir termo de garantia.



A garantia deverá ser de 05 (cinco) anos de funcionamento para a luminária e relés, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, contra qualquer defeito dos componentes, controlador, dispositivos, materiais, montagem, instalação ou de fabricação das luminárias e relés.

Em caso de devolução das luminárias e relés para reparo ou substituição do item, dentro do período de garantia contratual, todas as despesas decorrentes do transporte, substituição do item ou reparação do material defeituoso, ocorrerão por conta da contratada, bem como as despesas para a entrega das luminárias novas ou reparadas, competindo à contratada efetuar a substituição em até 05 (cinco) dias após a abertura de chamado pelo Município.

Em caso de defeito dentro do prazo da garantia contratual, o fornecedor terá o prazo estabelecido pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor), contados a partir da comunicação, por escrito, pelo município para a contratada, para sanear o defeito.

As luminárias e relés fornecidas em substituição às defeituosas somente serão aceitas após a aprovação dessas novas luminárias e relés pelo município.

As condições de garantia estipuladas aplicam-se também às luminárias e relés fornecidos em substituição às defeituosas.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item 1 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 60 Watts Quantidade estivada: 150 unidades

- Corpo em alumínio injetado/extrudado;
- Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais;
- Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens;
- Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C;
- Pintura eletrostática na cor cinza;
- Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas;
- Grau de proteção óptico mínimo IP66;
- Grau de proteção do Driver mínimo IP67;
- Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato);
- Vida útil da luminária maior que 70.000 horas;
- IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K;
- Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro;
- Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio);
- Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac;
- Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária.





- Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos;
- Classificação de distribuição Transversal: Tipo II;
- Classificação de distribuição longitudinal: Média;
- Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;
- Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências;
- A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório

internacional com acordo multilateral;

O produto deve estar em conformidade com as normas:

ABNT NBR 5101 (iluminação pública);

ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos);

ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares);

ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios);

ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529

(grau de proteção IP);

ABNT NBR IEC 60068-2-75;

IK08 ou IK09;

NBR IEC 62262;

IES LM – 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED);

NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017;

Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo);

Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, “Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017” e atender as diretrizes de iluminação pública – ANEXO I.

Item 2 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 80 Watts Quantidade estimada: 150 unidades

- Corpo em alumínio injetado/extrudado;
- Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais;
- Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens;
- Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C;
- Pintura eletrostática na cor cinza;
- Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas;
- Grau de proteção óptico mínimo IP66;
- Grau de proteção do Driver mínimo IP67;
- Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato);
- Vida útil da luminária maior que 70.000 horas;





- IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K;
- Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro;
- Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio);
 - Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac;
 - Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária.
 - Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos;
 - Classificação de distribuição Transversal: Tipo II;
 - Classificação de distribuição longitudinal:Média;
 - Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;
 - Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências;
 - A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral;

O produto deve estar em conformidade com as normas:

ABNT NBR 5101 (iluminação pública);

ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos);

ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares);

ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios);

ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED);

ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP);

ABNT NBR IEC 60068-2-75;

IK08 ou IK09; NBR IEC 62262;

IES LM – 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED);

NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017;

Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo);

Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, “Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017” e atender as diretrizes de iluminação pública – ANEXO I.

Item 3 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 120 Watts Quantidade estimada: 300 unidades

- Corpo em alumínio injetado/extrudado;
- Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais;
- Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens;





- Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C;
 - Pintura eletrostática na cor cinza;
 - Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas;
 - Grau de proteção óptico mínimo IP66;
 - Grau de proteção do Driver mínimo IP67;
 - Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato);
 - Vida útil da luminária maior que 70.000 horas;
 - IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K;
 - Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro;
 - Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio);
 - Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac;
 - Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária.
 - Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos;
 - Classificação de distribuição Transversal: Tipo II;
 - Classificação de distribuição longitudinal:Média;
 - Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;
 - Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências;
 - A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral;
- O produto deve estar em conformidade com as normas:
- ABNT NBR 5101 (iluminação pública);
 - ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos);
 - ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares);
 - ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios);
 - ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED);
 - ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP);
 - ABNT NBR IEC 60068-2-75;
 - IK08 ou IK09;
 - NBR IEC 62262;
 - IES LM – 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED);
 - NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017;
- Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo);





Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, “Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017” e atender as diretrizes de iluminação pública – ANEXO I.

Item 4 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 140 Watts; Quantidade estimada: 300 unidades

- Corpo em alumínio injetado/extrudado;
- Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; - Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens;
- Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C;
- Pintura eletrostática na cor cinza;
- Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas;
- Grau de proteção óptico mínimo IP66;
- Grau de proteção do Driver mínimo IP67;
- Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato);
- Vida útil da luminária maior que 70.000 horas;
- IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K;
- Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro;
- Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio);

- Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP>

0,95 medido em 220Vac;

- Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária.
- Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos;
- Classificação de distribuição Transversal: Tipo II;
- Classificação de distribuição longitudinal:Média;
- Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;
- Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências;
- A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral;

O produto deve estar em conformidade com as normas:

ABNT NBR 5101 (iluminação pública);

ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos);

ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares);

ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios);

ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED);

ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP);





ABNT NBR IEC 60068-2-75;

IK08 ou IK09;

NBR IEC 62262;

IES LM – 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da estrapolação da vida do LED);

NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017;

Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo);

Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, “Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017” e atender as diretrizes de iluminação pública – ANEXO I

Item 5 - Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Quantidade estimada: 950 unidades

- Corpo em alumínio injetado/extrudado;
- Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais;
- Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens;
- Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C;
- Pintura eletrostática na cor cinza;
- Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas;
- Grau de proteção óptico mínimo IP66;
- Grau de proteção do Driver mínimo IP67;
- Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato);
- Vida útil da luminária maior que 70.000 horas;
- IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K;
- Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro;
- Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio);
- Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac;
- Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária.
- Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos;
- Classificação de distribuição Transversal:Tipo II;
- Classificação de distribuição longitudinal: Média;
- Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;
- Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências;





- A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral;

O produto deve estar em conformidade com as normas:

ABNT NBR 5101 (iluminação pública);

ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos);

ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares);

ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios);

ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED);

ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP);

ABNT NBR IEC 60068-2-75;

IK08 ou IK09;

NBR IEC 62262;

IES LM – 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED);

NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017;

Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo);

Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, “Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017” e atender as diretrizes de iluminação pública – ANEXO I

Item 6 - Braço para luminária pública, 1,50m de comprimento Quantidade estimada: 400 unidades

- Tubo em aço galvanizado SAE 1020;
- Encaixe de 48,30mm (diâmetro externo);
- 1,50m de comprimento e 2mm de espessura;
- Sapata em ferro “U” com 27cm de comprimento, reforçada;
- Braço tipo cisne;
- Fixação através de 02 furos;
- Acompanha 02 parafusos tipo máquina M12X250MM, galvanizados a fogo, padrão CEEE,

com porca e arruela quadrada galvanizada a fogo 32x32MM furo 14.

O produto deve estar em conformidade com a norma:

ABNT NBR 7400:2015

7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Fiscalização do contrato será efetuada pelo servidor da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEINFRA) Sr. João Carlos Barbosa da Silva, matrícula 240818 e o servidor da Secretaria de Meio Ambiente, Planejamento e Gestão Territorial (SEMAPLAG) Sr. Engenheiro Eletricista Fabiano Luis de Jesus, matrícula 792480.





ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:.....

TELEFONE:

E-MAIL:.....

A proponente declara conhecer os termos do edital e anexos que regem a presente Contratação, bem como a minuta de Ata de Registro de Preços e de Contrato que o integra.

OBJETO LICITADO – DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS, conforme especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência).

Preços ofertados:

ITEM	CÓD.	PRODUTO	UN	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	TOTAL
01	12197	Luminária de LED para iluminação pública de 60W Luminária de LED para iluminação pública de 60W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em	UN	R\$	750	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/pp662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p> aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>			
--	---	--	--	--





02	12197	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 60W Luminária de LED para iluminação pública de 60W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens;</p> <p>Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR</p>	UN	R\$	250	R\$
----	-------	---	----	-----	-----	-----

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
03	12198	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 80W Luminária de LED para iluminação pública de 80W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê</p>	UN	R\$	675	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária -</p>			
--	--	--	--	--





		PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
04	12198	Luminária de LED para iluminação pública de 80W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 80W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar	UN	R\$	225	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
05	12199	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens;</p> <p>Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em</p>	UN	R\$	675	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no</p>				
--	--	--	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
06	12199	Luminária de LED para iluminação pública de 120W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou	UN	R\$	225	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662662d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
07	12200	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000</p>	UN	R\$	600	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de</p>				
--	---	--	--	--	--





		identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
08	12200	Luminária de LED para iluminação pública de 140W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A	UN	R\$	200	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
09	12154	<p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts <p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo</p>	UN	R\$	1.125	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da</p>			
--	--	--	--	--





		<p>luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro nº20/2017".</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
10	12154	<p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts <p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relé fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de</p>	UN	R\$	375	R\$





		<p>atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017".</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>					
11	14298	<p>Braço curto - tubo em aço galvanizado sae 1020 para iluminação pública com encaixe de 48,3 mm (diâmetro Externo), 1,50 metros de comprimento e 2mm de Espessura, com sapata em ferro "u" com 27cm de Comprimento, reforçada, braço tipo cisne,fixação, Através de 02 furos, acompanha 02 parafusos tipo Máquina m12x250mm, galvanizados a fogo, padrão Ceee, com porca e arruela quadrada galvanizada a Fogo 32x32mm furo 14.</p>	UN	R\$	400	R\$	
						TOTAL	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





1.2. O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, materiais e equipamentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, transporte de material e de pessoal, traslados, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõem ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada no edital.

1.3. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do Pregão Eletrônico - SRP nº 120/2023, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, bem como pelos erros ou omissões, contidas tanto no formulário proposta, como em seus anexos.

1.4. A empresa compromete-se a prestar garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir da entrega e aceite dos itens .

1.5. A empresa garantirá assistência técnica, nas condições exigidas no Termo de Referência, período de no mínimo 12 (doze) meses, e que manterá peças, componentes e materiais inerentes a assistência técnica, disponíveis durante todo o período de garantia.

1.6. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

Guaíba, de de

(Nome e assinatura do responsável legal)(RG)





ANEXO III - MODELO DECLARAÇÕES

A Empresa , CNPJ nº , através de seu representante legal, Sr. , CPF nº _____ , declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

- a) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Cláusula 2.11;
- c) Que atende a norma no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- d) Que tem pleno conhecimento do edital, aceitando todas as condições estabelecidas no mesmo;
- e) Da inexistência, no quadro da empresa, de sócios com vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que atuem na Secretaria de Licitações e Contratos; na Secretaria/Diretoria, servidor responsável pela elaboração de projeto básico; ou relação de parentesco com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais.
- f) Que, sob as penas da lei, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como **() microempresa** ou **() empresa de pequeno porte**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 8538/2015 artigo 11. (Para Micro ou empresa de pequeno porte se for o caso, marcar com um “X” na opção correta).

OBS.: As condições estabelecidas da letra “a” até “f”, poderão estar descritas em um único documento (original), em uma via, constando (CNPJ – ENDEREÇO- RAZÃO SOCIAL – NÚMERO DA LICITAÇÃO, e assinatura do representante legal da empresa).

Cidade, ____ de _____ de 2024

Carimbo e Assinatura do Licitante





ANEXO IV - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º	PROCESSO ADMINISTRATIVO:
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

O MUNICÍPIO DE GUAÍBA, entidade de direito público, interno, inscrito no CNPJ/MF 88.811.922/0001-20, com sede administrativa na Av. Nestor de Moura Jardim, 111, nesta cidade, CEP 92704-300 - RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcelo Soares Reinaldo, face a classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 - REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS, conforme especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência)**, da empresa, com sede na, N. ...- Bairro, na cidade de, CEP **.***-*** UF, inscrita no CNPJ/MF N. **.***.***/*-**, neste ato representada pelo Sr. (a), portador do CPF N. **.***.***-** e RG N. *****, observadas as exigências estabelecidas no edital e conforme as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Esta Ata tem por objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS, conforme especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência)**. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a manifestação de intenção de registro de preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

ÓRGÃO 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preço(s) do(s) bem(ns)/ serviços ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

ITEM	CÓD.	PRODUTO	UN	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	TOTAL
01	12197	Luminária de LED para iluminação pública de 60W Luminária de LED para iluminação pública de 60W Corpo em alumínio injetado/	UN	R\$	750	R\$





	<p>extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;</p> <p>Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT</p>			
--	---	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
02	12197	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 60W Luminária de LED para iluminação pública de 60W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 8.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000</p>	UN	R\$	250	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estropolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa</p>				
--	---	--	--	--	--





		<p>de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro nº20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
03	12198	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 80W Luminária de LED para iluminação pública de 80W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac;</p>	UN	R\$	675	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
04	12198	Luminária de LED para iluminação pública de 80W	UN	R\$	225	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>iluminação pública de 80W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 10.400 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as</p>			
--	---	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
05	12199	<p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W</p> <p><p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W</p> <p>Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material</p>	UN	R\$	675	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve</p>				
--	--	--	--	--	--





		atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
06	12199	Luminária de LED para iluminação pública de 120W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 120W Corpo em alumínio injetado/ extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 16.800 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de	UN	R\$	225	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da extrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
07	12200	Luminária de LED para iluminação pública de 140W	UN	R\$	600	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>iluminação pública de 140W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101</p>			
--	--	--	--	--





		(iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública. Obs.: Item de participação mista				
08	12200	Luminária de LED para iluminação pública de 140W <p>Luminária de LED para iluminação pública de 140W Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 18.000 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000	UN	R\$	200	R\$





	<p>horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal:Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11(certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da</p>				
--	---	--	--	--	--





		<p>luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro nº20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública.</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
09	12154	<p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts</p> <p><p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Corpo em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária</p>	UN	R\$	1.125	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017".</p> <p>Obs.: Item de participação mista</p>				
10	12154	Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts <p>Luminária pública com tecnologia LED com potência máxima de 180 Watts Corpo	UN	R\$	375	R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>em alumínio injetado/extrudado; Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais; Fluxo luminoso total mínimo de 25.200 lumens; Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C; Pintura eletrostática na cor cinza; Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas; Grau de proteção óptico mínimo IP66; Grau de proteção do Driver mínimo IP67; Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato); Vida útil da luminária maior que 70.000 horas; IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K; Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro; Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relé foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio); Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac; Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos; Classificação de distribuição Transversal: Tipo II; Classificação de distribuição longitudinal: Média; Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada; Apresentar ensaios comprobatórios de atendimento às exigências; A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral; O produto deve estar em conformidade com as normas: ABNT NBR 5101 (iluminação pública); ABNT</p>			
--	---	--	--	--

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





		<p>NBR 5123 (Relés fotoelétricos); ABNT NBR 15129 (luminárias para iluminação pública/requisitos particulares); ABNT NBR 60598-1 (luminárias requisitos gerais e ensaios); ABNT NBR 16026 (controle eletrônico C.C ou C.A para módulos a LED); ABNT NBR 60529 (grau de proteção IP); ABNT NBR IEC 60068-2-75; IK08 ou IK09; NBR IEC 62262; IES LM - 80-08 (certificação para LED) e IES TM 21-11 (certificação da estrapolação da vida do LED); NBR IEC 60598-1 2010. Deve atender Portaria N°20 de 2017; Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo); Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro n°20/2017".</p> <p>Obs.: Cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias da LC 123/2006.</p>				
11	14298	<p>Braço curto - tubo em aço galvanizado sae 1020 para iluminação pública com encaixe de 48,3 mm (diâmetro Externo), 1,50 metros de comprimento e 2mm de Espessura, com sapata em ferro "u" com 27cm de Comprimento, reforçada, braço tipo cisne,fixação, Através de 02 furos, acompanha 02 parafusos tipo Máquina m12x250mm, galvanizados a fogo, padrão Ceee, com porca e arruela quadrada galvanizada a Fogo 32x32mm furo 14.</p>	UN	R\$	400	R\$
TOTAL						R\$

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar>.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da regulamentação municipal vigente.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial <https://guaiba.atende.net/>.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.





6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da regulamentação municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no sistema de almoxarifado e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios- <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar>.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. Responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. Manter as condições de habilitação;

9.1.4. Manter atualizado seu cadastro no Sistema de Registro Cadastral, se houver, durante a vigência da presente ata.

9.1.5. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.6. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Empenho, em local indicado pela secretaria solicitante, sendo de responsabilidade do fornecedor, o deslocamento do material para o local.





9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.8. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.17. Cumprir com o objeto conforme especificações deste edital (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) e em consonância com a proposta de preços.

9.1.27. Deverão ser fornecidos todos os meios para a inspeção, incluindo se caso for necessário ensaios e outras informações decorrentes de quaisquer tipos de materiais empregados.

9.1.28. Para recebimento do pagamento referente à prestação dos serviços realizados, a Empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal correspondente.





9.1.29. Fornecer garantia e/ou assistência técnica para os produtos fornecidos, nos termos definidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

9.1.30. Fornecer Assistência Técnica nas condições exigidas no Termo de Referência, período de no mínimo 05 (cinco) anos, e que manterá peças, componentes e materiais inerentes a assistência técnica, disponíveis durante todo o período de garantia.

9.1.31. Caso o material apresente defeito dentro do período de garantia especificado no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), o mesmo deverá ser substituído na íntegra, sob expensas da contratada, no prazo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto licitado serão realizados pelo servidor da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEINFRA) Sr. João Carlos Barbosa da Silva, matrícula 240818 e o servidor da Secretaria de Meio Ambiente, Planejamento e Gestão Territorial (SEMPLAG) Sr. Engenheiro Eletricista Fabiano Luis de Jesus, matrícula 792480, os quais, na qualidade de FISCAIS, ficarão responsáveis, não só pelo acompanhamento, controle e verificação de sua execução, como também pela liberação da documentação fiscal, conforme IN nº 001/2019 e demais legislações aplicáveis.

10.2. O Fiscal verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no presente instrumento, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes;

10.3. Qualquer fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

10.4. O Fiscal acompanhará e supervisionará o desenvolvimento dos serviços prestados pela empresa vencedora durante o período que vigorar o Contrato;

10.5. O Fiscal observará o cumprimento de horários e prazos no que tange ao planejamento, execução e avaliação dos serviços;

10.6. O Fiscal exigirá da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

10.7. O Fiscal sustará o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento.

10.8. O Fiscal transmitirá ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

10.9. O Fiscal poderá solicitar a abertura de Processo Administrativo Especial, nos termos deste instrumento, à empresa vencedora que descumprir as obrigações assumidas.

10.10. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgado necessários.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

11. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

11.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

11.2. emitir a solicitação e a ordem de compra no sistema <https://guaiba.atende.net/> , quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

11.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

11.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

11.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema <https://guaiba.atende.net/> eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

11.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico <https://guaiba.atende.net/> , quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

12.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade do Município de Guaíba que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto na regulamentação municipal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA

13.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no Art. 82, VII da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Guaíba/RS.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios-
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar>.

15.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal <https://guaiba.atende.net/>.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Guaíba, ____ de _____ de 2024.

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR





ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE GUAÍBA E
.....

O Município de Guaíba/RS, neste ato representado pelo Sr. **Marcelo Soares Reinaldo, Prefeito Municipal**, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Estado, representada pelo Sr. _____, portador da CI/SSP/RG nº _____, residente e domiciliado em _____, RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº025/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba/RS, conforme especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência) e tabela abaixo:**

ITEM	CÓD.	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
-	-	-	-	-	-	-
TOTAL					R\$	

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.





CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial, sem autorização expressa da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento dos serviços efetivamente realizados e aceitos pela fiscalização será efetuado até 15 (quinze) dias posteriores a medição e liberação da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.





7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Coordenação de Contratos da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos ou a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



9.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Empenho, em local indicado pela secretaria solicitante, sendo de responsabilidade do fornecedor, o deslocamento do material para o local.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



9.15. Cumprir com o objeto conforme especificações deste edital (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) e em consonância com a proposta de preços.

9.16. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes ao objeto deste contrato: mão de obra, locomoção, seguro de acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços contratados.

9.17. Executar os serviços contratados com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que por ventura decorram de imprudência, negligência e imperícia.

9.18. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

9.19. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

9.20. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência, imperícia ou irregularidade cometida na prestação dos serviços.

9.21. Para recebimento do pagamento referente à prestação dos serviços realizados, a Empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal correspondente.

9.22. Fornecer garantia e/ou assistência técnica para os produtos fornecidos, nos termos definidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

9.23. Fornecer Assistência Técnica nas condições exigidas no Termo de Referência, período de no mínimo 05 (cinco) anos, e que manterá peças, componentes e materiais inerentes a assistência técnica, disponíveis durante todo o período de garantia.

9.24. Caso o material apresente defeito dentro do período de garantia especificado no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), o mesmo deverá ser substituído na íntegra, sob expensas da contratada, no prazo de 05 (cinco) dias.

9.25. É vedada a subcontratação total ou parcial, sem autorização expressa da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual de eventual contrato firmado.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6.

10.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pelo CONTRATANTE, com correção monetária.

10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.





10.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 % (trinta por cento) ;





2. *moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

3. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do subitem 111.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica





sucedora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.





12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Fornecedor: Não Informado Telefone: Fax:	Centro de Custo: 10.004.014 - FUNCIONAMENTO SECRETARIA INFRAESTRUTURA Responsável: 343 - IVAN TORRES BARCELOS
Recursos Utilizados	
Código Reduzido: 3425 Órgão: 10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 4 - SERVIÇOS PÚBLICOS Ação: 8164 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA Vínculo: 7513010 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP Subelemento: 33390302600000000000 - Material eletrônico e eletrônico	
Código Reduzido: 3425 Órgão: 10 - SEC MUNIC DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 4 - SERVIÇOS PÚBLICOS Ação: 8164 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA Vínculo: 7513010 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP Subelemento: 33390302400000000000 - Material para manutenção de bens imóveis / instalações	

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual será efetuada pelo servidor da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEINFRA) Sr. João Carlos Barbosa da Silva, matrícula 240818 e o servidor da Secretaria de Meio Ambiente, Planejamento e Gestão Territorial (SEMAPLAG) Sr. Engenheiro Eletricista Fabiano Luis de Jesus, matrícula 792480, os quais, na qualidade de FISCISL, ficarão responsáveis, não só pelo acompanhamento, controle e verificação de sua execução, como também pela liberação da documentação fiscal, conforme IN n° 001/2019 e demais legislações aplicáveis.

14.2. O Fiscal verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no presente instrumento, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes;

14.3. Qualquer fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

14.4. O Fiscal acompanhará e supervisionará o desenvolvimento dos serviços prestados pela empresa vencedora durante o período que vigorar o Contrato;

14.5. O Fiscal observará o cumprimento de horários e prazos no que tange ao planejamento, execução e avaliação dos serviços;

14.6. O Fiscal exigirá da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

14.7. O Fiscal sustará o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.atende.net/p662682d196135>.
 POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





14.8. O Fiscal transmitirá ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

14.9. O Fiscal poderá solicitar a abertura de Processo Administrativo Especial, nos termos deste instrumento, à empresa vencedora que descumprir as obrigações assumidas.

14.10. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgado necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), mediante Sistema LICITACON/TCE-RS, bem como no respectivo sítio oficial na Internet- Diário Oficial dos Municípios FAMURS <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar> por força da Lei Municipal nº 4023/2021, e em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaíba/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ANEXO VI – FOLHA DE DADOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO

1 .PROPOSTA	<p>1.1 Proposta de preço com os valores ajustados àqueles encerrados no final da sessão ou, caso haja, o valor da negociação, ou mesmo a proposta inicial quando for o caso, conforme modelo de proposta deste edital (MODELO ANEXO II);</p>
2. HABILITAÇÃO JURÍDICA	<p>2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado, ainda, de documentos de eleição de seus administradores; e registro comercial, no caso de empresa individual;</p> <p>2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);</p>
3. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E SOCIAL	<p>3.1 Prova de regularidade de situação perante o FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;</p> <p>3.2 Prova de regularidade Fazenda Federal quanto aos tributos federais, abrangendo inclusive os relativos à seguridade social, e à dívida ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda;</p> <p>3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera;</p> <p>3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera;</p> <p>3.5 Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;</p>
4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	<p>4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.</p>
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	<p>5.1. Declaração de a empresa possuir, profissional (is) habilitados segundo sua legislação de regência, não restrito ao quadro funcional da empresa, podendo ser sócio, celetista, contratado ou terceirizado, desde que comprovado o seu vínculo profissional com a licitante, que será (ão) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do objeto da presente licitação. Na declaração deverá constar o(s) nome (s) e registro (s) do (s) profissional (is) que será (ao) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço, bem como apresentação da Certidão de Pessoa Física do profissional;</p> <p>OBS: Os responsáveis técnicos indicados pela licitante poderão ser substituídos, desde que a substituição ocorra por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela fiscalização e ratificação pelo superior.</p>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





	<p>5.2. Declaração, sob as penas da Lei, de que a empresa dispõe de todos os materiais, equipamentos, pessoal técnico especializado e condições necessárias à execução do serviço.</p> <p>5.3. Declaração, mediante Termo de Garantia, comprometendo-se a prestar garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir da entrega e aceite dos itens vencidos pela licitante, quando for o caso.</p> <p>5.4. Declaração da licitante de que garantirá assistência técnica assistência técnica, nas condições exigidas no Termo de Referência, período de no mínimo 05 (cinco) anos, e que manterá peças, componentes e materiais inerentes a assistência técnica, disponíveis durante todo o período de garantia.</p>
<p>6. DECLARAÇÕES</p>	<p>6.1 Declarações, sob as penas da Lei, subscritas pelo representante legal da empresa, especificando o que segue abaixo:</p> <p>a) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;</p> <p>b) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Cláusula 2.11;</p> <p>c) Que atende a norma no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;</p> <p>d) Que tem pleno conhecimento do edital, aceitando todas as condições estabelecidas no mesmo;</p> <p>e) Da inexistência, no quadro da empresa, de sócios com vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que atuem na Secretaria de Licitações e Contratos; na Secretaria/Diretoria, servidor responsável pela elaboração de projeto básico; ou relação de parentesco com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais.</p> <p>f) Que, sob as penas da lei, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como () microempresa ou () empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 8538/2015 artigo 11. (Para Micro ou empresa de pequeno porte se for o caso, marcar com um “X” na opção correta).</p> <p>OBS.: As condições estabelecidas da letra “a” até “f”, poderão estar descritas em um único documento (original), em uma via, constando (CNPJ – ENDEREÇO- RAZÃO SOCIAL – NÚMERO DA LICITAÇÃO, e assinatura do representante legal da empresa).</p>

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2024 12:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p662682d196135>.
POR MAURO DA ROSA ROYES EM 22/04/2024 12:31





ANEXO VII

Modelo de Certificado de Análise das Amostras

Fornecedor:

Produto/objeto:

Modelo:

Marca:

Data de Recebimento:

Especificações Técnicas	Verificação	
	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Corpo em alumínio injetado/extrudado;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Composta por LED de potência, montados em placa de circuito impresso, sob dissipadores de alumínio em módulos/conjunto ou individuais;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Fluxo luminoso total mínimo de () 8.000 lumens, () 10.400 lumens, () 16.800 lumens, () 18.000 lumens, () 25.200 lumens, () 27.000 lumens.	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Temperatura de operação mínima -10° C à 50°C;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Pintura eletrostática na cor cinza;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Vida útil do led (L70) maior que 70.000 horas;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Grau de proteção óptico mínimo IP66;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Grau de proteção do Driver mínimo IP67;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Difusor de vidro liso temperado ou em material plástico (PMMA ou Policarbonato);	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Vida útil da luminária maior que 70.000 horas;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
IRC =70%, Temperatura cor nominal 5000K;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Fixação em ponta de braço entre 35mm a 64mm de diâmetro;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Base para relê fotoelétrico/eletrônico (faixa de operação de 0~480V, 15A), deve incluir relê foto elétrico, ambos conforme o padrão nema 7 pinos. Acabamento com parafusos em aço inoxidável resistentes ao tempo e a corrosão (ligas de alumínio ou titânio);	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Driver deve operar na faixa de tensão entre 100Vac a 277Vac, frequência de operação 60hz, FP> 0,95 medido em 220Vac;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Luminária deverá possuir protetor de surto 10Kv/10KA incorporado à luminária. Garantia mínima contra defeito de fabricação de 5 anos;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Classificação de distribuição Transversal: Tipo II;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Classificação de distribuição longitudinal: Média;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Controle de distribuição intensidade luminosa: limitada ou totalmente limitada;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Apresentação de ensaio comprobatórios das especificações técnicas da luminária.(marca e modelo licitada).	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
A luminária deverá ser ensaiada em laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional com acordo multilateral;	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Placa de identificação com as especificações técnicas da luminária, instalada no mesmo sentido do fluxo luminoso (após luminária instalada, placa de identificação voltada para o solo);	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende
Deve possuir certificado válido no Site do Inmetro.gov.br, "Luminária para Iluminação Pública viária - PT Inmetro nº20/2017" e atender as diretrizes de iluminação pública – ANEXO I.	() Sim de acordo/Atende	() Não/Não Atende

Guaíba, XX de XXXXX de 2024

Responsável pela Análise





ANEXO VIII
ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 OBJETO

O objeto consiste na aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba.

1.2 ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	Ivan Torres Barcelos

1.3. PROCESSO DIGITAL

3144/2024

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente certame visa à aquisição de luminárias com tecnologia LED e braços nos pontos de iluminação pública no município de Guaíba.

Atualmente, não há padronização das luminárias, lâmpadas e braços. Há uma predominância das lâmpadas do tipo vapor de sódio e metálica, com potências 70W, 100W, 150w e 250W.

Os avanços nas tecnologias de iluminação, somados às necessidades da municipalidade (que vão do embelezamento do patrimônio municipal e regional ao aumento do nível de segurança da comunidade), vêm trazendo às diversas administrações municipais do Brasil o desafio de eficientizar seu parque luminotécnico, gastando menos energia e melhorando o nível de iluminação das vias e espaços públicos. A solução é a eficientização, sobre parcela ou até mesmo sobre a totalidade de seu parque luminotécnico, com a economia de energia gerada pela substituição das luminárias.

Diante do exposto, a referida aquisição tem como objetivo eficientizar parcial ou totalmente o parque luminotécnico do Município de Guaíba/RS. Salientamos que a modernização da iluminação pública é uma das metas do programa PROMETAS (meta 37).

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Os licitantes classificados em primeiro lugar deverão apresentar 01 (uma) amostra do produto ofertado para que se verifique o atendimento das especificações constantes no Termo de Referência e no Edital, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da convocação do pregoeiro.
- As amostras deverão ser encaminhadas acompanhadas de catálogo técnico e dossiê, contendo os relatórios de ensaios e laudos dos materiais realizados em laboratório acreditado pelo INMETRO em materiais idênticos aos ofertados, para análise e aceitação.
- Estarão previamente aprovados os materiais que já tenham realizado ensaios de tipo, possuindo SELO PROCEL/INMETRO ou cadastro no Banco de dados de produtos aprovados do





LABELO/CEIP. Dispensadas, neste caso, de novo ensaio neste momento, bastando enviar apenas amostras com os respectivos Laudos do Laboratório.

- Para as amostras enviadas deverão ser comprovadas, conforme o caso e produto, as seguintes normas, entre outras a serem solicitadas pelo Departamento de Iluminação Pública (em caso de dúvidas):

- NBR 15129/12 - Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares;
- NBR IEC 60598-1 – Requisitos gerais e ensaios;

- A garantia para o prazo mínimo estipulado, consiste na prestação de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), devendo ser de inteira responsabilidade do fornecedor.

- A garantia dos itens defeituosos não se estende, estritamente, a:

- a) Descarga Atmosféricas;
- b) Vandalismo;
- c) Danos provocados por queda, impacto, enchente;
- d) Defeitos causados por caso fortuito ou força maior;
- e) Produtos alterados e/ou modificados;
- f) Produtos que não tenham sido instalados pela contratada.
- g) Oscilações na rede fora da tensão especificada e devidamente comprovada.

- As luminárias e relés deverão possuir termo de garantia.

- A garantia deverá ser de 05 (cinco) anos de funcionamento para a luminária e relés, a contar da data do recebimento definitivo do objeto, contra qualquer defeito dos componentes, controlador, dispositivos, materiais, montagem, instalação ou de fabricação das luminárias e relés.

- Em caso de devolução das luminárias e relés para reparo ou substituição do item, dentro do período de garantia contratual, todas as despesas decorrentes do transporte, substituição do item ou reparação do material defeituoso, ocorrerão por conta da contratada, bem como as despesas para a entrega das luminárias novas ou reparadas, competindo à contratada efetuar a substituição em até 05 (cinco) dias após a abertura de chamado pelo Município.

- Em caso de defeito dentro do prazo da garantia contratual, o fornecedor terá o prazo estabelecido pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor), contados a partir da comunicação, por escrito, pelo município para a contratada, para sanear o defeito.

- As luminárias e relés fornecidas em substituição às defeituosas somente serão aceitas após a aprovação dessas novas luminárias e relés pelo município.

- As condições de garantia estipuladas aplicam-se também às luminárias e relés fornecidos em substituição às defeituosas.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a aquisição dos materiais, o preço médio foi obtido através do referencial de preços SINAPI (Dezembro/2023).



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A compra dos materiais, visa atender às necessidades do executivo municipal de Guaíba/RS, através de realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Buscando a competitividade e melhor preço, que por ventura possam afetar na qualidade dos itens. Desta forma, para a compra do itens os mesmo deverão obedecer os requisitos técnicos a serem especificados no edital e com os parâmetros mínimos acima descritos. Vale ressaltar, que a medida a ser adotada encontra respaldo jurídico nas seguintes leis e instruções normativas:

- Lei 14.133/2021;
- Decreto Municipal de Guaíba 03/2023; - Instruções normativas de SELIC.

Outrossim, neste processo licitatório os fornecedores cotam o produto a ser entregue no local e espaço solicitado com todos os encargos inclusos, sendo: 1 – Frete; 2 –

Impostos e 3 – Descarga. Devendo a entrega ser feita na sede do Município , AVENIDA NESTOR DE MOURA JARDIM, Nº 111, CENTRO - Guaíba/RS, CEP: 92.704-300, Email: compras@guaiba.rs.gov.br, Tel/Fax: (51) 3480-7000.

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E VALOR A SER CONTRATADO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1	00042245	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA DE 60W	UN	1000	R\$ 261,06	270,03	R\$ 270.030,00
2	00042246	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA DE 80W	UN	900	R\$ 288,98	R\$ 339,60	R\$ 305.640,00
3	00042243	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA DE 120W	UN	900	R\$ 348,46	R\$ 353,88	R\$ 318.492,00
4	00042247	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA DE 140W	UN	800	R\$ 470,76	R\$ 399,74	R\$ 319.792,00
5	00042247	SINAPI	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA DE 180W	UN	1500	R\$ 470,76	R\$ 473,15	R\$ 709.725,00
6	00002512	SINAPI	BRACO PARA LUMINARIA PUBLICA, 1,50M DE COMPRIMENTO	UN	400	R\$ 45,06	R\$ 57,43	R\$ 22.972,00
							TOTAL	R\$ 1.946.651,00





7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza do serviço, haverá parcelamento por se tratarem de diversos itens a serem adquiridos, podendo ter vários fornecedores aumentando a competitividade e a economicidade.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com o objeto pretendido.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente aquisição consta com os devidos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Pretende garantir a eficientização parcial ou totalmente do parque luminotécnico do Município de Guaíba, gastando menos energia e melhorando o nível de iluminação das vias e espaços públicos.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A equipe técnica responsável acompanhará o andamento do processo e tomará as providências necessárias para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento do item e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade e execução dos serviços a serem contratados.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e as orientações normativas que tratam de sustentabilidade em contratações públicas.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a lei 14.133/2021.

15. RESPONSÁVEIS

LUIS EDUARDO DE ARAUJO NUNES

Diretor de Produção de Insumos

IVAN TORRES BARCELOS

Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos

